

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1424/XIV/2.^a

PELA GESTÃO RESPONSÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS DA ALBUFEIRA DE SANTA CLARA E DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PERÍMETRO DE REGA DO MIRA

A crescente escassez hídrica na albufeira de Santa Clara, em Odemira, levou ao corte do fornecimento de água a pequenos consumidores que se encontram fora do Perímetro de Rega do Mira, nos concelhos de Aljezur e de Odemira. Também as explorações agrícolas que estão dentro do perímetro de rega, mas que não estão inscritas na campanha deste ano, ficaram privadas da água. Além disso, entre os meses de maio e junho não foi garantido o caudal ecológico a jusante da albufeira, o que provocou danos na biodiversidade que depende daqueles recursos hídricos. Na região, observaram-se peixes mortos em troços secos do rio ou onde este tem pouca profundidade.

A Associação de Beneficiários do Mira (ABM), entidade privada que gere os recursos hídricos da albufeira de Santa Clara e que decidiu cortar a água aos pequenos produtores ditos “precários”, alega que estes beneficiários dispõem de alternativas. Mas esse não tem sido o entendimento das centenas de utentes que veem hoje em risco os seus pequenos negócios, pequenas hortas e criação de animais por falta da água de que usufruíram, e pagaram, durante décadas.

A concessão da captação de água para rega na albufeira de Santa Clara foi atribuída em 2011 à Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). No entanto, o contrato de concessão da DGADR foi posteriormente outorgado à ABM, tendo sido também concessionada a esta entidade a produção de energia hidroelétrica no Aproveitamento Hidroagrícola do Mira. A concessão da utilização dos recursos hídricos para o abastecimento público foi atribuída à Águas Públicas do Alentejo.

Segundo informação da ABM, a albufeira de Santa Clara encontrava-se em 16 de julho a 47 por cento da sua capacidade máxima. Ou seja, contava com apenas 229 milhões de metros cúbicos de água, ainda no início do verão. Este volume está já abaixo da capacidade útil da albufeira que é de 240,3 milhões de metros cúbicos, levando ao recurso a máquinas de bombagem para fazer subir a água destinada ao abastecimento do Perímetro de Rega do Mira. Mas a reduzida capacidade da barragem não é de agora: desde julho de 2019 tornou-se inviável a captação de água por gravidade porque a cota da albufeira diminuiu para 115,8 metros. Em julho de 2021 regrediu para 113,3 metros.

Na albufeira, são captados anualmente 2,5 milhões de metros cúbicos de água para abastecimento público, o que contrasta com os cerca de 33,8 milhões de metros cúbicos para a campanha de rega. O volume captado para as explorações agrícolas do Perímetro de Rega do Mira é já cerca de 14 vezes superior ao captado para abastecimento público. Mesmo assim, as novas explorações agrícolas em regime intensivo cobertas por estufas, estufins e túneis, ou a céu aberto, não param de crescer em número e em área. Estas explorações são responsáveis pela extração de volumes crescentes e insustentáveis de água numa das regiões do país onde a escassez hídrica é das mais acentuadas – uma tendência que se tem agravado em resultado dos efeitos da crise climática.

Em 2018, Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) alertava para as pressões das explorações agrícolas do Perímetro de Rega do Mira nos recursos hídricos da região. No seu [relatório](#), a IGAMAOT refere que “na Região Hidrográfica do Sado e Mira foi contabilizada, em termos globais, a pressão qualitativa da atividade agrícola sobre os recursos hídricos, sendo a carga poluente (difusa) associada bastante significativa, em particular no que concerne aos poluentes azoto e fósforo.” A Inspeção-Geral concluiu também que “quanto à pressão quantitativa, aferiu-se de igual modo que os volumes de água captados para rega são bastante significativos”.

Para conhecer com maior detalhe os impactes da agricultura intensiva nos recursos hídricos da região, a IGAMAOT considerava ser “necessário conhecer a evolução do estado das massas de água subterrâneas e superficiais na área de influência do Perímetro de Rega do Mira”, já que esse conhecimento é “imprescindível para aferir os impactes resultantes da atividade agrícola sobre os recursos hídricos (e consequentemente sobre os valores naturais que destes dependem), permitindo tomar as medidas adequadas para prevenir e,

sempre que necessário, corrigir impactes negativos, assegurando a preservação desses recursos.” À data, não é conhecida a evolução recente do estado dos recursos hídricos na área de influência do Perímetro de Rega do Mira, pelo que a sua avaliação e monitorização é necessária para a gestão responsável da água disponível.

Quanto à albufeira, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) admitiu em comunicado que “se tem verificado uma diminuição do volume armazenado na albufeira de Santa Clara, que deve chegar ao final do ano hidrológico 2020/2021 a 44% da sua capacidade total, no cenário mais desfavorável”. Neste contexto preocupante, a APA asseverou que “a primeira prioridade é o abastecimento às populações, sendo a rega de culturas temporárias a sexta prioridade”.

Considerando a crescente escassez hídrica da albufeira de Santa Clara para a qual tem contribuído a deficiente gestão dos seus recursos hídricos por parte da ABM, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que a ABM não reúne as condições necessárias para garantir o cumprimento do interesse público materializado no abastecimento de água às populações, no cumprimento de um regime de caudais ecológicos e na captação de volumes de água que não colocam em risco a sustentabilidade a médio e longo prazo dos recursos hídricos da região. Nesse sentido, a concessão vigente deve ser revogada e devolvida à DGADR que, enquanto entidade pública, tem o dever de garantir a gestão parcimoniosa e responsável deste bem público essencial para as populações e para a biodiversidade.

Um episódio ilustrativo da gestão abusiva dos recursos hídricos por parte da ABM deu-se quando em maio deste ano aquela Associação bloqueou o caudal a jusante da albufeira e tentou obter pagamentos da autarquia local por disponibilizar água. A Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, em Odemira, contactou a ABM a respeito do bloqueio das descargas de água para a ribeira do Mira, uma situação que não garantia o necessário caudal ecológico que assegura a sobrevivência da fauna e flora ribeirinhas. Em resposta, a ABM disse que “não eram obrigados a garantir o caudal ecológico”, uma afirmação contrariada pela APA que assegura que “a ABM não pode retirar a água ao rio”. Mesmo assim, a ABM informou a junta de freguesia que o espelho de água podia ser recarregado segundo o tarifário em vigor, a ser cobrado àquela autarquia. A ABM disse estar disponível para assegurar o caudal entre 15 de junho e 15 de setembro para o

espelho de água que serve a população da freguesia que se encontra a quatro quilómetros da albufeira, a troco de 13 738 euros, mais IVA.

A violação do direito de acesso a um bem essencial que é a água, perpetrada pela ABM, merece o repúdio do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que exige a reposição do fornecimento da água aos pequenos consumidores, bem como a restituição permanente do caudal ecológico a jusante da albufeira de Santa Clara.

A expansão da agricultura intensiva agrava-se no Perímetro de Rega do Mira, delapidando os recursos hídricos da região e colocando em causa as necessidades dos pequenos consumidores e a sobrevivência da fauna e flora do rio Mira e afluentes que depende do caudal ecológico libertado pela albufeira de Santa Clara. Importa, por isso, adequar a área e a tipologia das explorações agrícolas do Perímetro de Rega do Mira aos recursos hídricos disponíveis, considerando os cenários e as projeções climáticas para aquele território. É também necessário recuperar os ecossistemas na área de influência do perímetro de rega para inverter a perda de biodiversidade, aumentar a capacidade de recarga do sistema aquífero e melhorar a qualidade e quantidade dos recursos hídricos da região.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Revogue a concessão da utilização dos recursos hídricos da albufeira de Santa Clara atribuída à Associação de Beneficiários do Mira, devolvendo-a à Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
2. Garanta um regime de caudais ecológicos a jusante da albufeira de Santa Clara, no sentido de contribuir para a proteção e preservação da biodiversidade do rio Mira e afluentes;
3. Avalie e monitorize o estado das massas de água subterrâneas e superficiais na área de influência do Perímetro de Rega do Mira;
4. Adeque a área e a tipologia das explorações agrícolas do Perímetro de Rega do Mira ao uso responsável dos recursos hídricos da região, tendo por base os cenários e as projeções climáticas a médio e longo prazo para aquele território;

5. Aplique um plano de ação para a recuperação dos ecossistemas na área de influência do Perímetro de Rega do Mira, no sentido de inverter a perda de biodiversidade, aumentar a capacidade de recarga do sistema aquífero e melhorar a qualidade e quantidade dos recursos hídricos da região.

Assembleia da República, 19 de julho de 2021.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Maria Manuel Rola; Ricardo Vicente; Pedro Filipe Soares; Jorge Costa;
Mariana Mortágua; Alexandra Vieira; Beatriz Dias; Diana Santos; Fabíola Cardoso;
Isabel Pires; Joana Mortágua; João Vasconcelos; José Manuel Pureza; José Maria Cardoso;
José Soeiro; Luís Monteiro; Moisés Ferreira; Nelson Peralta; Catarina Martins